

Bancos ingleses não participam do 'pacote'

LONDRES — Na conversa que manteve ontem com o Presidente do Banco da Inglaterra, Robin Leigh Pemberton, o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, manifestou a decepção do Governo brasileiro diante da atitude inglesa de não contribuir com o novo pacote de US\$ 6,5 bilhões, organizado pelo Fundo Monetário Internacional em conjunto com os bancos credores, para ajudar o Brasil a superar as dificuldades financeiras.

Segundo algumas fontes, Pemberton reiterou a Pastore a opinião do Governo britânico, preconizada pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher. Apesar de a Inglaterra estar disposta a colaborar com o reescalonamento da dívida do Brasil com o país — cerca de US\$ 300 milhões — não pretende assinar um novo em-

préstimo de US\$ 2,5 bilhões proposto pelo FMI.

Depois dos contatos com os banqueiros americanos, no Havai, e japoneses, em Tóquio, Pastore, chegou ontem a Londres com a missão de convencer os bancos ingleses a participarem do programa de apoio ao Brasil.

Ontem mesmo Pastore já fez algumas visitas na City e almoçou com representantes do Lloyds Bank, a instituição inglesa que tem mais dinheiro emprestado ao Brasil. Esteve, também, no Banco da Inglaterra. Acompanhado pelo Diretor da Área Internacional do Banco Central, José Carlos Moreira Serrano, e por William Daylan, do FMI, Pastore teve certa dificuldade em encontrar a entrada do Banco da Inglaterra, percorrendo a Threadneedle Street várias vezes até achar a porta. Por último, esteve na agência londrina do Banco do Brasil.

Galvêas: Déficit público será 2,7% do PIB

PORTO ALEGRE — O Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse ontem, nesta capital, que o déficit público, este ano, vai cair dos seis por cento do Produto Nacional Bruto (PIB), registrados em 1982, para 2,7 por cento, até dezembro.

Galvêas, em palestra no segundo Seminário sobre Exportações do Estado do Rio Grande do Sul, no Hotel Plaza São Rafael, também previu que a balança comercial brasileira atingirá, até o final do ano, um superávit de US\$ 6,5 bilhões, apesar de ter perdido US\$ 3 bilhões com a redução das exportações para o Chile, Argentina, Uruguai e países europeus e africanos.

O Ministro informou, ainda, que este ano fechará com uma diferença de 20 por cento entre

o faturamento das exportações e os recursos em caixa, devido a problemas ocorridos no início do ano nas linhas de comércio.

Para 83, adiantou que as exportações deverão atingir US\$ 22,5 bilhões, enquanto as importações não chegarão a US\$ 16 bilhões. Para o ano que vem, estimou que as exportações atingirão US\$ 25 bilhões, ficando o superávit da balança comercial em US\$ 9 bilhões.

O Ministro da Fazenda disse também que, a partir deste mês, a inflação começará a cair, talvez confirmando a previsão da Fundação Getúlio Vargas de um índice de oito por cento a nove por cento em outubro, e chegando à meta de cinco em dezembro, ou janeiro.

— Os efeitos das calamidades ocorridas no Sul do País estão diminuindo sensivelmente — disse Galvêas. A partir de agora, não deveremos ter forte incremento nos preços de alimentação, e o Governo está imaginando queda de preços em diversos produtos. A partir de outubro, a inflação começa a cair: oito por cento ou nove por cento são números razoáveis, não tanto quanto desejávamos. Mas na virada do ano, em dezembro ou janeiro, haverá uma queda substancial na inflação — previu o Ministro.

Galvêas alegou que os fatores causadores da inflação, como o déficit público, o déficit das empresas estatais e os subsídios, já foram corrigidos.

Dever das empresas

A CRISE a todos afeta, mas daí a transformá-la num alibi universal vai distância intransponível.

ESTÁ CERTO o lapas ao emitir cerca de 30 mil notificações para empresas que recolhem irregularmente suas contribuições, ou não as recolhem de todo. Neste caso, a inadimplência é inaceitável, por ser socialmente irresponsável.

O IAPAS depende das contribuições para pagar benefícios que não podem atrasar um dia sequer. Não será necessário destacar o que significa esse dinheiro para os aposentados e pensionistas que os recebem.

PORTANTO, com crise ou sem crise, recolher as contribuições é dever inadiável das empresas — e cabe ao lapas lembrar essa obrigação, com a energia que se fizer necessária, aos que não têm consciência disso.